**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: REFLEXÕES HISTÓRICAS E PESSOAIS DA PERMANÊNCIA NO ENSINO**

Autora:

Rosilângela Ferreira Lopes Veloso

Graduanda em pedagogia pela

Universidade Estadual da Região

Tocantina do Maranhão-UEMASUL

E-mail: [rosy\_lopes2010@hotmail.com](mailto:rosy_lopes2010@hotmail.com)

Coautora:

Ana Paula Silva Oliveira

Graduanda em pedagogia pela

Universidade Estadual da Região

Tocantina do Maranhão-UEMASUL

E-mail: [anapaulla.047@gmail.com](mailto:anapaulla.047@gmail.com)

Coautor:

Zanado Pavão Sousa Mesquita

Graduando em pedagogia pela

Universidade Estadual da Região

Tocantina do Maranhão-UEMASUL

E-mail: [zanado2014@gmail.com](mailto:zanado2014@gmail.com)

**Resumo:** A Educação de Jovens e Adultos-EJA desde muito tempo perpassa na sociedade através da luta por uma educação mais igualitária para todas as pessoas em diferentes faixas etárias. O presente trabalho tem como temática a modalidade de ensino na EJA e nele objetivamos destacar as mudanças ocorridas na educação ao longo da história com o objetivo de mostrar também as motivações que os alunos têm em permanecer em sala de aula, bem como compreender as possíveis dificuldades encontradas por eles, além de conhecer a realidade de sujeitos que procuram continuar os seus estudos nessa fase da vida. Essa pesquisa consiste em uma análise realizada em uma escola do município de Imperatriz-Ma através de uma revisão bibliográfica de autores que abordam sobre o tema, aplicação de questionário e discussão sobre entrevista estruturada realizada com alunos da EJA. Destaca-se que alguns alunos procuram a escolarização desejando a realização de um sonho, sendo que as dificuldades encontradas no que diz respeito a aprendizagem, são mínimas diante do empenho de cada aluno.

**Palavras-Chaves:** EJA. Retrocesso. Motivação.

**1 INTRODUÇÃO**

A educação é a base para uma sociedade onde o conhecimento lhes oferece os alicerces fundamentais para construção e reflexão de seus ideais e as possibilidades de mudanças e autonomia, exercendo transformações, qualidade de vida social e econômica para a população. Diante dessa perspectiva é que serão abordados alguns fatores que precederam para que a Educação de Jovens e Adultos pudesse hoje ser um direito público e gratuito a toda sociedade.

Para dar abertura as nossas discussões destacamos a seguinte problematização: Quais os fatores que auxiliam na permanência de alunos na EJA? Adjacente a ela pode-se procurara compreender através de sua relação com aspectos pessoais motivacionais, uma vez que são alunos responsáveis de seus lares, que trabalham o dia toda e em muitos casos estão afastados há muitos anos da sala de aula.

Esse trabalho tem como objetivo destacar as mudanças ocorridas na educação ao longo da história visando mostrar também as motivações que os alunos têm em permanecer em sala de aula, bem como compreender as possíveis dificuldades encontradas por eles, além de conhecer a realidade de sujeitos que procuram continuar os seus estudos nessa fase da vida.

Com esse intuito essa pesquisa é um trabalho com abordagem qualitativa entendendo que ela oferece subsídios para análise científica das subjetividades envolvidas na permanência dos alunos nessa modalidade do ensino.

A sua construção consistiu em levantamento bibliográfico destacando os aspectos históricos da constituição dessa modalidade no Brasil, aplicação de questionários para com alunos da EJA em uma instituição federal de ensino que atende a educação profissionalizante desses alunos e entrevista com duas alunas para observar as subjetividades envolvidas na permanência nessa modalidade de ensino.

**2 AVANÇOS E RETROSCENÇOS DA EJA NO BRASIL**

A inclusão da população jovem e adulta no Brasil nos quesitos de educação vem perpassando as formas de governo vigente no país. Essa modalidade de ensino está presente na sociedade desde o período colonial com a presença dos jesuítas e das práticas educativas baseado na catequização. Com o foco no ensino religioso, tais educadores ensinavam normas de comportamento e os conhecimentos necessários para o funcionamento da economia colonial. Devido à expulsão dos jesuítas do Brasil em 1759 a educação passa a ter forte influência do iluminismo.

Outro fator relevante foi à primeira Constituição Federal do país, de 1824, que estabeleceu “instrução primária e gratuita para todos os cidadãos”, que se aplicava também aos adultos, mesmo sendo interpretadas por muitos como um direito apenas para as crianças. Porém, poucos avanços ocorreram no período colonial com o intuito de colocar em prática tal direito.

Soma-se ainda a isso, outros agravantes. Primeiro, uma pequena parcela da população possuía cidadania, que era aqueles que pertenciam à burguesia. Já a maioria da população, que eram os negros, indígenas e grandes parte das mulheres, não tinham direito a educação primária. Em segundo lugar, a Educação Básica era obrigação das províncias, o que acabou delegando o governo imperial à educação das elites e em contrapartida atribuindo instâncias administrativas com menores recursos a função de educar a maioria mais carente.

Em virtude dessa realidade e aos esforços de algumas províncias, obteve-se o seguinte resultado em 1890, com o sistema de ensino atendendo apenas 250 mil crianças, em uma população estimada em 14 milhões. No final do Império, 82% da pulação com idade superior a cinco anos eram analfabetas.

Em face ao descompromisso da União, no que se refere ao ensino regular, o período da Primeira República possibilitou a elaboração de várias reformas educacionais, visando atender as deficiências do ensino básico. No entanto, tais reformas não obtiveram efeitos práticos, pelo fato do governo não ter orçamento para arcar com as propostas. O que resultou na taxa de 72% da população acima de cinco anos estarem analfabetas, de acordo com a pesquisa realizada pelo senso em 1920.

Nos séculos XIX e XX por exemplo, o principal objetivo da alfabetização de jovens e adultos era aumentar o contingente eleitoral, devido apenas poder votar homens, brancos e alfabetizados, impedidos pela Constituição Federal de 1891.

Já a Reforma João Alves trouxe a prática do ensino supletivo em 1930 com um movimento contra o analfabetismo mobilizados por organismos sociais e civis tendo como objetivo o aumento de eleitores no país. A Constituição Federal de 1934 obriga o ensino primário para todos e nesse período essa forma de educação foi muito debatida objetivando sanar com iletramento de jovens e adultos a partir de 15 anos de idade.

Em 1934, foi criado o Plano Nacional de Educação, com o intuito de reestabelecer o direito de todos os brasileiros a educação, e como dever do Estado a manutenção desse ensino. A partir de década de 40, a educação de jovens e adultos torna-se um assunto recorrente. Em 1942 ocorre a criação do Fundo Nacional do Ensino Primário-FNEP, sendo que 25% do dinheiro desse fundo deveria ser arrecadado e executado na educação de jovens e adultos. Mesmo com esse marco na história da EJA as escolas que atendiam a essa modalidade eram poucas e as vagas eram insuficientes. Já em 1947 surgiu a SEA (Serviço de Educação de Adultos), um programa de esfera nacional, direcionado às pessoas adultas, com a finalidade de reorientar e coordenar, no geral, os trabalhos de ensino supletivo para adolescentes e adultos.

Outra importante etapa dessa modalidade de ensino foi a criação da CEAA (Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos), que nasceu em 1947 e se estendeu até 1950. Essa campanha teve resultados positivos, pois possibilitou a criação de uma infraestrutura nos estados e municípios para atender à educação de jovens e adultos. Em 1952, o Ministério da Educação a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), e em 1958 a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, mas tiveram curto prazo e não alcançaram êxito.

O fim da década de 50 e o início da década de 60 teve um grande marco no que se refere à educação de jovens e adultos. Os esforços aplicados nesse período fizeram cair os índices de analfabetismo das pessoas acima de cinco anos de idade para 46,7%, no ano de 1960.

Diante do período de 1959 até antes do golpe militar de 1964 observa-se alguns avanços da Educação de Jovens e Adultos nos espaços de democratização em algumas regiões do Brasil, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste, pelo fato de apresentarem maiores índices de analfabetismo no Brasil. No Período Militar de 1964 os movimentos da educação e cultura foram intensamente perseguidos e suas concepções recriminadas. Pode-se destacar que dentre as fortes perseguições o programa de alfabetização e a secretaria de educação foram um dos que sofreram com tais ações pelo fato de serem interrompidos. Já não podia falar abertamente de seus ideais, segundo Haddad (2002, p. 30): “As lideranças estudantis e os professores universitários que estiveram presentes nas diversas práticas foram cassados nos seus direitos ou tolhidos no exercício de suas funções”, ou seja, por não estar de acordo com o mesmo nível de pensamento do governo ou não concordarem com suas ações, estes sofriam com a opressão por atuarem de forma a esclarecer a sociedade os verdadeiros intuitos do Estado.

Durante esse período nasce no Recife a Cruzada de Ação Básica Cristã, a qual tinha como pano de fundo realizar os interesses do regime militar, porém, essa situação teve curta duração; após ser revelada essa situação a população fez dura críticas a essas ações obtendo assim, seu declínio em meados dos “anos de 1970 e 1971” (HADDAD, 2002, p. 31).

Esse duelo do Estado com os movimentos de educação e cultura popular tinha como objetivo exercer a sua autonomia sobre a sociedade de forma que a mesma permanecesse sobre o poder do Estado sem ter a sua desconstrução de que o governo era o melhor para manter o bom eixo da sociedade.

A partir de 1960 houve importantes movimentos que procuraram democratizar a educação para todos, entre eles destacam-se o Movimento de Educação de Base-MEB, o Movimento de Cultura Popular-MCP, o Centro Popular de Cultura-CPC e a Campanha de Educação Popular-CEPLAR.

Fundado em 1961 o MEB (Movimento de Educação de Base), anelava minimizar a desigualdade social existente. Através de programas de educação popular, visava alfabetizar jovens e adultos possibilitando os conhecimentos necessários para atuação social. Esse movimento é designado para regiões onde a economia desponta um elevado índice de pobreza em comparação aos demais estados. A organização das atividades desenvolvidas foi de responsabilidade das equipes regionais de cada unidade; já o controle geral das atividades aplicadas fica a cargo da Equipe Nacional, localizada em Brasília.

O Movimento de Cultura Popular (MCP) teve origem em maio de 1960. Era um movimento ligado a prefeitura de Recife, tinha o apoio do governo de Miguel Arraes e de Paulo Freire, que era diretor da divisão de pesquisa e coordenado do projeto de educação de adultos do MCP. Utilizava os centros de cultura e os círculos de cultura para alfabetizar por meio de grupos de debate.

O MCP tinha como objetivo alfabetizar utilizando novos métodos de aprendizagem, mas faltavam recursos financeiros para que esse movimento ingressa-se em outros estados. Sua atuação se restringiu a Recife e ao Rio Grande do Norte.

Já o Centro Popular de Cultura (CPC) surgiu em 1961 foi fundada pela UNE – União Nacional dos Estudantes, artistas e intelectuais da época. Os principais agentes de sua criação foram a UNE e três atores do teatro de arena – Oduvaldo Vianna Filho, Carlos Estevan Martins e Lean Hirazman. Tinha como objetivo levar a cultura às classes mais desfavorecidas da sociedade utilizando-se de peças teatrais para que o povo adquirisse cultura.

Por volta de 1963, foi criado o departamento de alfabetização de adultos, onde seriam utilizados materiais como livros de literatura no ensino. O CPC acabou em 1964 quando em decorrência do Golpe Militar as instalações do UNE foram incendiadas para evitar o contato com as classes populares.

O movimento CEPLAR – Campanha de Educação Popular teve origem na Paraíba em 1961. Foi criada pelo Governo Estadual. Tinha como prática pioneira a utilização em larga escala do método Paulo Freire. Utilizava como tema central a realidade brasileira, principalmente, a nordestina.

Utilizava teatros populares e círculos de cultura que eram pensados como escolas de conscientização. Tinha como objetivo o processo de conscientização da realidade. A supervisão cabia um gerenciamento das mensagens a serem difundidas e debatidas nos grupos.

Esses quatros movimentos foram interrompidos pelas influências política da época, principalmente pelo fato da Ditadura Militar e o Golpe Militar em 1964. Após essa interrupção observa-se a criação do MOBRAL-Movimento Brasileiro de Alfabetização. Esse movimento procurou moldar a educação de jovens e adultos nos critérios do poder militar vigente.

A tentativa de influência foi profícua até os anos de 1985 com a defasagem do MOBRAL em arcar com as responsabilidades financeiras da educação de jovens e adultos. A partir daí tem-se a criação do Fundação EDUCAR apoiado pelo Ministério de Educação (MEC), mas com o diferencial de criar alternativas de produção de espaço para aprendizagens do público jovem e adulto.

Dos anos de 1980 em diante foram discutidas formas de erradicação do analfabetismo em todo o mundo. Os índices de educação de jovens e adultos fragilizados pelo sistema de ensino eram enormes no Brasil e 50 % das crianças reprovavam ou eram excluídas ao longo da 1°ano no 1° Grau, 30 % da população era constituída de analfabetos, 23 % dos professores tinha formação leiga e das crianças 30% não estavam na escola.

Logo em seguida ao surgimento do MOBRAL surge a implantação do Ensino Supletivo, promulgado pela Lei Federal 5.692/71 reformulando as diretrizes de ensino do primeiro e segundo graus. Com o estabelecimento do Mobral e do Ensino Supletivo, torna-se visível a preocupação do Estado em tornar a educação como um dos principais pontos de acesso a sociedade e de recurso econômico, ampliando assim, a formação profissional através da educação; isso se deve principalmente em 1972 pelo documento “Adult Education in Brazil” destinada à III Conferência Internacional de Educação de Adultos, convocada pela UNESCO para Tóquio.

O Ensino Supletivo teve seu grande êxito na esfera estadual após passar por alguns processos de desenvolvimentos, criando uma série de organização e programas ofertados pelo estado. Após 1985, período de redemocratização a sociedade civil toma direção das ações educacionais legitimando as instituições políticas da democracia e, onde o esforço dessas lutas resulta na Constituição Federal de 1988.

Também nessa década foram cogitadas a oferta da EJA não apenas pelo Governo Federal, mas com uma descentralização do MEC agindo em parceria com os estados e municípios. Pela Constituição Federal de 1988, a EJA foi reconhecida como modalidade de ensino específica da Educação Básica, estabelecendo também a gratuidade dessa educação, assim como aos que não tiveram acesso a essa educação na idade certa.

No país, houve a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira-LDBEN de n° 9394 em 1996 que reafirmando essa garantia de ensino para essa modalidade, diz em seu artigo 37º § 1º:

Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

Sendo assim todos os jovens e adultos que optarem por dar continuidade aos seus estudos terão o direito a um ensino de qualidade com equidade aos outros tipos de ensino como também as mesmas oportunidades de um ensino regular como apresenta no parágrafo supracitado, bem como assegurado as condições básicas para essa efetivação.

Ainda ressaltando os avanços da EJA nessa década, houve a construção da declaração de Hamburgo na Alemanha em 1997. Essa declaração consta diversos princípios sobre a importância da pessoa jovem e adulta para a sociedade, e entre eles destaca-se:

2. A educação de adultos, dentro desse contexto, torna-se mais que um direito: é a chave para o século XXI; é tanto conseqüência do exercício da cidadania como condição para uma plena participação na sociedade. Além do mais, é um poderoso argumento em favor do desenvolvimento ecológico sustentável, da democracia, da justiça, da igualdade entre os sexos, do desenvolvimento socioeconômico e científico, além de ser um requisito fundamental para a construção de um mundo onde a violência cede lugar ao diálogo e à cultura de paz baseada na justiça. A educação de adultos pode modelar a identidade do cidadão e dar um significado à sua vida. A educação ao longo da vida implica repensar o conteúdo que reflita certos fatores, como idade, igualdade entre os sexos, necessidades especiais, idioma, cultura e disparidades econômicas. (PAIVA, 2007, p. 37).

Essa declaração também evidencia a participação política, econômica e cultural da inserção dessas pessoas na comunidade como forma de erradicação da violência, da falta de saneamento básico e melhorias na saúde, uma vez que quando se investe em educação concomitantemente se investe em saúde.

A partir da Nova República em 1985, surge a Fundação Educar - Fundação Nacional para jovens e adultos em substituição ao MOBRAL, pois este sofreu uma ruptura do Governo Federal de políticas de Educação de Jovens e Adultos ocasionado pelo processo do período militar. A Fundação Educar recebe todos os direitos do MOBRAL e algumas inovações passam a constituir a fundação, dentre estes “A EDUCAR passa a fazer parte das competências do MEC; dar início a execução dos programas de alfabetização por meio do “apoio financeiro e técnico às ações de outros níveis de governo, de organizações não governamentais e de empresas” (Parecer CNE/CEB n.º 11/2000) e tinha como especialidade à “educação básica”.

Na década de 1990 a Fundação Educar foi extinta, ocorrendo a criação do Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania-PNAC, programa que antecede ao impeachment do presidente Collor, propondo transferir os recursos federais do Educar para instituições públicas, privadas e comunitárias para que estas promovam a Educação de Jovens e Adultos, porém, essas intenções foram renegadas e o programa teve vigência de apenas um ano.

Em 1994 com o novo presidente Fernando Henrique Cardoso prioriza uma reforma educacional, onde a promulgação de uma emenda constitucional e uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) surge como âncoras para mudanças no âmbito educacional. Então em 1997, o MEC propõe um Projeto de Plano Nacional de Educação (PNE), onde em 1998 são requisitados perante Câmara dos Deputados tendo medidas que enfatizam a prioridade da EJA, ocorrendo sua aprovação na comissão do Congresso Nacional.

Posteriormente foi criado o Programa de Alfabetização Solidária-PAS no governo de Fernando Henrique Cardoso em janeiro de 1997. Em 2003 foi criado o Programa Brasil Alfabetizado no governo de Luiz Inácio Lula da Silva visando não apenas erradicar o analfabetismo mas também incluir as pessoas analfabetas nas atividades econômicas sociais.

**3 REFLEXÕES DA PERMANENCIA NO ENSINO POR ALUNOS DA EJA**

Para o desenvolvimento do levantamento de dados foi feito um questionário com vinte e oito alunos de uma turma de 1° ano matriculados em uma instituição de ensino federal no período noturno da cidade de Imperatriz, estado do Maranhão; esses alunos são da Educação Profissional sendo que a diferença do ensino médio regular e da modalidade EJA se baseia na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN no seu capítulo II, artigo 37, parágrafo 3 que diz “a educação de Jovens e Adultos deverá articular-se preferencialmente com educação profissional”.

No questionário foram perguntadas questões de *faixa etária, seriação dos pais, moradia próxima à escola, dificuldades na permanência dos estudos, motivo de desistência nos estudos e motivação para o retorno aos estudos.*

A faixa etária predominante na sala pesquisada foi de 20 a 30 anos com o percentual de 43%, ficando apenas atrás de alunos com idades entre 30 a 40 anos (38%) e de 40 a 50 anos com 19 %.

A respeito da seriação de seus país constatou-se um número de pais com Ensino Fundamental incompleto, somando o total de 67%. Com o Ensino Superior correspondeu apenas 5% dos pais, atrás respectivamente de 5% com Ensino Superior Incompleto, 9% com Ensino Médio Completo, 5% tendo o Ensino Médio Completo e 9 % com Ensino Fundamental Completo.

Quanto a proximidade de moradia próximo a escola 76% respondeu positivamente e 24% destacara morar longe da escola, alguns até em outros municípios. Dentre as principais dificuldades para se continuar o estudo destaca-se distância da casa para a escola (25%) e o conciliar os estudos com o trabalho (39%), sendo esse último fator influente nessa permanência.

Os principais motivos de desistência nos estudos em períodos anteriores de seus processos de escolarização encontram-se: gravidez (14 %), ajudar os pais com dificuldades de saúde e outros fatores (19%), trabalhar para sustentar os filhos com 38%. As motivações para o retorno ao estudo também foram destacadas e no percentual representou a expectava por um trabalho melhor com 57 %, realização de sonhos pessoais somando 33% e o modelo moral que alguns adultos desejam dar aos filhos quanto ao esforço e possibilidades no retorno aos estudos com o total de 10%.

Visando uma ampliação dos resultados obtidos em números procurou-se utilizar o método de entrevista para trabalhar questões da permanência do estudo nos aspectos pessoais. Com isso foi solicitado a presença de duas alunas da sala que aceitaram o desafio de colaborar com nossa pesquisa. Suas identidades serão preservadas e serão identificadas a partir das iniciais de A1 e A2.

A primeira discente entrevistada têm 33 anos sendo mãe de duas filhas. Ela ficou fora da escola no período de dez anos. A segunda discente entrevistada é aluna com deficiência visual e possui baixa visão e tem a idade de 30 anos. Elas comentam:

A1: O fato de ter abandonado meus estudos mais cedo me prejudicou muito quando eu quis voltar para o mercado de trabalho e não tinha uma qualificação profissional que eu pudesse arrumar um serviço que não fosse tão cansativo e que me desse uma boa remuneração, então eu vi a necessidade de voltar para a sala de aula pelo fato de ter um trabalho melhor e hoje eu vejo que a EJA me proporcionou isso porque, além de eu terminar o Ensino Médio eu vou poder sair com um certificado de um curso, e eu estou gostando muito.

A2: Fazer o curso de Proeja é uma oportunidade única na vida das pessoas inclusive a minha, porque por vários motivos a gente acaba interrompendo os estudos, da gente seja por problemas familiares ou não. No meu caso eu deixei de estudar há doze anos atrás quando eu tive descolamento na retina e então se passaram doze anos da minha vida que eu fiquei sem estudar e isso acabou me prejudicando no meu desenvolvimento na parte da educação também interferiu muito na minha vida pessoal porque eu acabei deixando de viver, de buscar novas coisas e novos conhecimentos.

Demonstra-se os aspectos de melhoria de vida com um trabalho que atenda a necessidade do status social possuindo assim uma boa renumeração. Essas ideias encontram-se dentro das ideias neoliberais e percorrem a sociedade brasileira em todos os setores da sociedade e segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação de jovens e adultos da EJA “tem como ﬁnalidades e objetivos o compromisso com a formação humana e com o acesso à cultura geral, de modo que os educandos aprimorem sua consciência crítica, e adotem atitudes éticas e compromisso político, para o desenvolvimento da sua autonomia intelectual.” (2006, p. 27).

Foi perguntado quanto as dificuldades do retorno as aulas e as entrevistadas elencaram que:

A1: (...) foi a questão de compreender o texto, porque a dificuldade mais recente que eu tive foi ter que fazer um trabalho sobre os pré-socráticos e ler a história de cada um deles e compreender e passar para o papel o meu entendimento foi o que eu achei mais difícil até agora, mas eu tenho em vista dos meus colegas que passaram a mesma quantidade de tempo fora da sala de aula, eu consigo compreender as outras matérias e me sobressair.

A2: Apesar da distância que eu moro um pouco longo em um bairro da cidade afastado do centro, as pessoas se admiram dizendo: “nossa mais é longe!”, mas isso eu não deixo que acabe assim me desmotivando, não deixo isso me abater. Tenho muita dificuldade na disciplina de Matemática, na disciplina de Português, porque eu nunca fiz uma redação na minha vida não sei nem como faz uma redação. Mesmo assim o espírito dos professores de ensinar e motivar a gente acaba deixando a aula muito gostosa de aprender. A gente não vai aprender tudo de uma hora para a outra é aos poucos e eu acredito que eu vá absolver o máximo possível de conhecimento desse Instituto.

A disciplina que as entrevistadas mais gostam são respectivamente as de Administração e Biologia (A1) e Português (A2). A entrevistada A1 destaca que na primeira disciplina a professora possui aspectos de dialogismo e interação em sala de aula fazendo-se compreender nas aulas e na segundo devido o professor dar muito apoio aos alunos quanto as superações das dificuldades em sua disciplina. Ressalta ainda que a maioria dos professores também tem essa atitude, porém se verifica mais com esse professor.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação de jovens e adultos apresenta que o trabalho com alunos nessa faixa etária requer o respeito “as especiﬁcidades de tempo e espaço para seus educandos, o tratamento presencial dos conteúdos curriculares, a importância em se distinguir as duas faixas etárias (jovens e adultos) consignadas nesta modalidade de educação e a formulação de projetos pedagógicos próprios e especíﬁcos dos cursos noturnos regulares e os de EJA” (2006, p. 22). Nas falas das entrevistadas se observa que os professores procuram interagir e adaptar as aulas de acordo às necessidades dos alunos e por conta disso esse pode ser um dos a fatores para sua permanência nessa modalidade de ensino.

A entrevistada A1 coloca que: “A disciplina de administração é a que mais consigo me identificar, porque é uma coisa nova para mim, que eu achei que não iria conseguir, mas, é uma coisa que estou me identificando”. A sua modalidade de ensino é de ensino Profissional em Educação de Jovens e Adultos-PROEJA e devido a isso possui a disciplina de Administração no 1° ano do Ensino Médio.

As discentes falam do que almejam para o futuro e apresentam o seguinte:

A1: Eu pretendo sim me formar mais a frente agora mesmo eu vou fazer o vestibular da UEMASUL (Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão) para eu ter uma experiência. Fiz o ENEM no ano passado e vou fazer esse ano também para eu ter uma experiência. Quando eu terminar o Ensino Médio aqui eu vou fazer vestibular para eu entrar na faculdade de Pedagogia; de princípio que eu quero agora é Pedagogia, mas o que eu sempre almejei para a minha vida foi Psicologia, eu falo que eu ainda vou conseguir.

A2: Retornei aos estudos com o objetivo de passar para essa Instituição de ensino para fazer o ensino médio-técnico. Eu acredito que isso vai ser muito importante na minha vida profissional, porque eu vou terminar o Ensino Médio e ter um certificado de um curso técnico. Isso vai ser o início de uma carreira profissional futuramente e eu pretendo também, quando eu terminar meus três anos aqui no Médio, fazer uma faculdade. Eu tenho um sonho de fazer a faculdade de Fisioterapia.

As duas entrevistadas possuem interesse de se formarem posteriormente com o término do ensino médio-técnico e isso demostra os aspectos motivacionais do processo de superação. Vale destacar que a entrevistada A2 possui baixa visão e isso, segundo ela em conversas informais, demostra uma barreira para sua inclusão no ambiente acadêmico e prosseguimento nos estudos.

Quanto a isso a Instituição possui uma ledora concursada que a acompanha nas compreensões de imagens, letras, frases e objetos que ela não consegue entender, contribuindo assim para a sua inclusão nesse espaço que para ela significa um novo recomeço de vida.

**4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino que tem suas especificidades. E são elas que exigem do educador na EJA um tratamento diferenciado para com sua prática pedagógica sendo possível e idealizado pelos que estão nela por almejarem um maior desenvolvimento pessoal e profissional desenvolvendo assim maiores conhecimentos em quesitos de escolarização.

É nesse sentido, que essa educação deve ter em seus contextos sociais, cultural e político, um ensino voltado para as necessidades que esses jovens e adultos trazem retratadas pelas experiências que se traduz em suas atitudes e pensar.

A EJA teve no decorrer de sua trajetória alguns retrocessos políticos, que foram ocasionados pelas mudanças de governo que tinham como pauta outros objetivos, deixando de lado os programas existentes para que não houvesse um desenvolvimento da massa popular.

No entanto, apesar desse e de outros retrocessos, os avanços foram visíveis da década de 1930 até o governo de Luís Inácio Lula da Silva, vários programas foram criados: FNEP, INEP, CEAA, CNEA, MOBRAL e o programa Brasil Alfabetizado. Aos poucos ela foi tendo seus investimentos possibilitando aos jovens e adultos a oportunidade de retorno aos estudos, pois podemos observar que os alunos enxergam a escola como uma nova chance para um futuro melhor. Alguns alunos procuram a escolarização desejando a realização de um sonho sendo que as dificuldades encontradas, no que diz respeito a aprendizagem, são mínimas diante do empenho de cada aluno.

**REFERÊNCIAS**

BRASIL, **Base Nacional Comum Curricular.** Educação Infantil Brasília: MEC/SEI.

BRASIL, Cristiane Costa. **História da alfabetização de adultos:** **de 1960 até os dias de hoje.** Disponível em: http://www.ucb.br/sites/100/103/TCC/12005/CristianeCostaBrasil.pdf. Acessado em: 25 de Março de 2018.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Parecer 11/2000. Brasilia.2000.

BRASIL. **Ministério da Educação. Lei n° 9394/1996.** Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

HADDAD, Sérgio. Educação de Jovens e Adultos no Brasil (1986-1998) (Coordenador) (ANPED) Brasília-DFMEC/Inep/Comped 2002.

PAIVA, Jane; MACHADO, Maria Margarida e IRELAND, Timothy. **Educação de Jovens e Adultos: uma memória contemporânea, 1996-2004.** Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, Brasília: 2007.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. Superintendência da Educação. **Diretrizes Curriculares Da Educação De Jovens E Adultos**. Curitiba, 2006. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br>. Acessado em: 01 de Abril de 2018.